



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

UNIDADE: Fund. Centro de Atendimento Sócioeducativo ao Adolescente - CASA

SECRETARIA: Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania

ASSUNTO: Pedido de informação formulado pelo [REDACTED]
[REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 194/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido à Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA, número SIC em epígrafe, solicitando número de vagas existentes e quantidade de agentes socioeducativos em exercício.
2. Em resposta, a Fundação forneceu a informação pleiteada. Em recurso hierárquico, insurgiu-se contra incompletude do pedido, sendo indeferido o recurso - o pedido original teria por objeto apenas a solicitação sobre o número de vagas e a quantidade de funcionários em exercício. Na sequência, o interessado apresentou o recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
4. Não há que se falar em negativa de acesso à informação, considerando que o pedido formulado inicialmente foi devidamente atendido, conforme se depreende do confronto entre os dois questionamentos originalmente formulados e a resposta ofertada pela Fundação. Verifica-se, portanto, que a resposta do órgão atendeu ao disposto no artigo 11, caput, da Lei nº 12.527/2011, exaurindo sua responsabilidade.
5. O questionamento que se busca responder em instância recursal não constava do pedido original, não se admitindo inovação de pedido em grau revisional, com vistas a preservar o procedimento legalmente fixado, o que de modo algum elide a possibilidade de formulação de novo pedido de informação nem impede o ente estatal detentor de dados públicos de fornecê-los adicionalmente. Ilustrativo, nesse sentido, posicionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, última instância da estrutura recursal em âmbito federal, ao justificar a edição da Súmula 2/2015: “a alteração da matéria do pedido de acesso à informação ao longo dos recursos, quando leve ao aumento do seu escopo ou à sua mudança de assunto, poderá não ser objeto de apreciação pela instância superior, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição, uma vez que o conhecimento de matéria



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

estranha ao objeto inicial, quando levado à apreciação somente da última instância administrativa, pode levar à sua supressão, em prejuízo do administrado”.

6. Diante do exposto, constatada a plena satisfação da demanda, dentro dos limites e especificidades do pedido inaugural, **conheço do recurso**, para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11 da Lei, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 29 de junho de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO